

DECRETO Nº 7953, de 13 de Dezembro de 1999.

**APROVA O REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.**

ANDRÉ PUCCINELLI, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais e considerando decisão da Plenária, na 2ª Sessão de 14 de junho de 1999,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, na forma do anexo único a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CAMPO GRANDE-MS, 13 de Dezembro de 1999.


ANDRÉ PUCCINELLI
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial de
Campo Grande - DIÓGRANDE
N.º 473 de 14/12/99.

CONSULT.DOC

Anexo único do Decreto nº 7953, de 13 de Dezembro de 1999.

Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura

Capítulo I Da Finalidade e Competência

Seção I

Da Finalidade

Art. 1º - O Conselho Municipal de Cultura criado pela Lei nº 3.017, de 1º de dezembro de 1993 e reorganizado pela Lei nº 3.540, de 15 de julho de 1998, como órgão colegiado de natureza consultiva, tem por finalidade auxiliar o Executivo Municipal na formação da política Municipal de Cultura e acompanhar a execução de seus planos, programas e projetos.

Seção II Da Competência

São competências do Conselho Municipal de Cultura

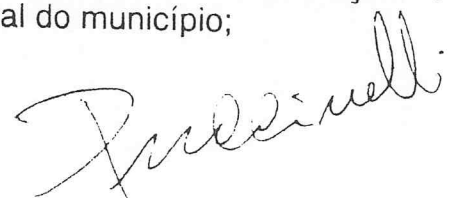
Art. 2º - Para a consecução de suas finalidades compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - estimular a democratização e descentralização das atividades de produção e difusão culturais no Município, visando garantir a cidadania com o direito do acesso e fruição dos bens culturais, de produção e de preservação da memória histórica, política e artística;

II - promover a discussão e acompanhar a implantação da política Municipal da Cultura;

III - apoiar as promoções e as manifestações culturais de Campo Grande;

IV - promover a defesa, a conservação e a valorização do patrimônio e acervo cultural do município;



V - promover fóruns, debates e seminários sobre temas ligados à área cultural;

VI - emitir parecer sobre questões referentes a Tombamento e Patrimônio Histórico e Cultural do Município;

VII - colaborar para o estudo e aperfeiçoamento da legislação pertinente a cultura;

VIII - elaborar e aprovar o Regimento Interno;

IX - contribuir com o Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária destinada a execução da política municipal da cultura;

X - acompanhar as atividades da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

XI - acompanhar as atividades culturais de entidades conveniadas com a Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, bem como os demais Órgãos do Poder Público Municipal;

XII - elaborar normas e diretrizes de financiamento de projetos;

XIII - elaborar normas e diretrizes para convênios culturais.

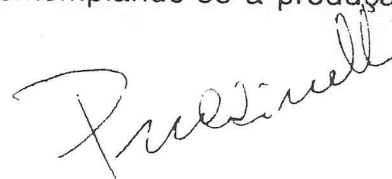
Capítulo II Da Constituição

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura será constituído de 14 (quatorze) Conselheiros Titulares e 14 (quatorze) Conselheiros Suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal com a seguinte representatividade:

I - 07 (sete) Titulares representantes da Sociedade Civil e igual número de suplentes escolhidos em Assembléia Geral convocada pelo Fórum Municipal de Cultura;

II - 07 (sete) Titulares representantes da Administração Pública Municipal e igual número de suplentes escolhidos pelos titulares das pastas afetas ao planejamento e desenvolvimento cultural do Município.

Parágrafo único - Na inexistência do Fórum Municipal de Cultura, os representantes da Sociedade Civil serão indicados por suas respectivas instâncias representativas contemplando-se a produção e as manifestações culturais do Município.



Art. 4º - A Presidência é o órgão do Conselho Municipal de Cultura e será alternada anualmente entre representantes da Administração Municipal, representantes do Fórum Municipal de Cultura, eleito por seus pares, sendo que no primeiro ano do mandato do conselho, a Presidência será exercida pelo Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Parágrafo único - A eleição para Presidência do Conselho Municipal de Cultura nos mandatos subseqüentes será efetivada por aclamação ou voto secreto e em consonância será eleita a Vice-Presidência.

Art. 5º - O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos podendo ser reconduzidos por igual período com exceção do Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, considerado membro nato.

Parágrafo único - O Presidente solicitará aos Órgãos e Entidades competentes 60 (sessenta) dias antes do término do mandato a indicação dos novos membros.

Art. 6º - A posse dos membros do Conselho Municipal de Cultura dar-se-á perante o Presidente na primeira sessão que seguir as nomeações.

Art. 7º - Os membros do Conselho Municipal de Cultura exercerão seus mandatos gratuitamente, sendo essa atividade considerada de caráter relevante para o serviço público.

Capítulo III Da Estrutura

Art. 8º - Para o cumprimento de suas finalidades o Conselho Municipal de Cultura, dispõe da seguinte estrutura:

- I - Plenária
- II - Mesa Diretora
 - Presidência
 - Vice-Presidência
 - Secretaria Executiva
- III - Grupos ou Comissões



Seção I Da Plenária

Art. 9º - A Plenária de deliberação do Conselho compreende a reunião de todos os conselheiros.

Art. 10 - Os Conselheiros reunir-se-ão em sessão Plenária na forma ordinária uma vez por mês e extraordinariamente quando convocados pelo Presidente ou 1/3 de seus membros.

Parágrafo único - A sessão extraordinária quando convocada pelos membros dar-se-á através de requerimento ao Presidente.

Art. 11 - As sessões ordinárias do Conselho serão convocadas pelo Presidente com antecedência mínima de 07 (sete) dias e nessa convocação constará a pauta de assuntos a serem discutidos, o local e horário de início da sessão.

Parágrafo único - A convocação para a sessão extraordinária do Conselho dar-se-á com antecedência mínima de 03 (três) dias.

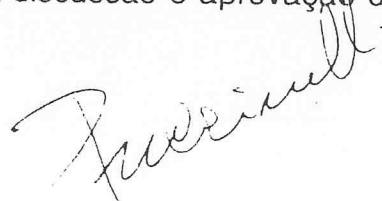
Art. 12 - A Plenária reunir-se-á com a presença de maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - Não havendo quórum para instalação das sessões Plenárias em até 15 (quinze) minutos após o horário fixado para o início da reunião a Secretária Executiva lavrará a ata registrando os nomes dos Conselheiros presentes.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o Presidente fixará nova data e procederá nova convocação.

Art. 13 - Na ausência do Presidente a sessão será presidida pelo seu Vice-Presidente e na ausência destes a mesma será Presidida por um conselheiro indicado pelos conselheiros presentes.

Art. 14 - Após constatado o quórum mínimo para início da sessão, o expediente se inicia com a discussão e aprovação da ata da reunião anterior.



§ 1º - Em cada sessão a Assessoria da Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados/CAOC, fará a entrega aos Conselheiros da cópia da ata da sessão anterior a ser aprovada na próxima sessão ordinária.

§ 2º - Qualquer Conselheiro poderá solicitar a retificação da ata, devendo utilizar o formulário próprio fornecido pela CAOC.

§ 3º - As retificações aprovadas pela Plenária constarão como emendas da própria ata.

§ 4º - A ata aprovada será assinada pelo Presidente e pelo titular da Secretaria Executiva.

Art. 15 - As sessões Plenárias serão públicas, exceto quando por voto da maioria tratar-se de assunto de ordem interna.

Art. 16 - As sessões Plenárias terão a duração máxima de 02 (duas) horas, podendo a pedido dos membros e aprovado pela maioria presente serem prorrogadas por tempo determinado.

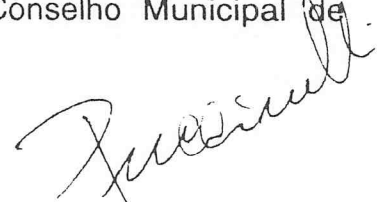
Parágrafo único - A sessão Plenária poderá ser suspensa pelo Presidente para manter a ordem.

Art. 17 - O registro dos trabalhos relativamente a cada sessão Plenária será lavrado em livro próprio com abertura e encerramento rubricado pelo Presidente, devendo ser consignados:

- A data e a hora da abertura, número da sessão e local de sua realização;
- O nome do Presidente da sessão;
- Os nomes dos Conselheiros presentes;
- As súmulas dos assuntos trabalhados;
- As deliberações tomadas.

Parágrafo único - A transcrição integral de qualquer peça na ata dependerá de aprovação da maioria dos Conselheiros presentes na reunião.

Art. 18 - A Ordem do Dia compreende a discussão e votação de matéria que exija deliberação do Conselho Municipal de Cultura.



Art. 20 - Dependendo da relevância da matéria, o Presidente ou Plenária poderão criar Comissões ou Grupos de Estudo.

§ 1º - A relatoria será distribuída aos Conselheiros, escolhida pelo Presidente, para apresentação de Relatório-Voto na reunião ordinária seguinte, prazo esse, que poderá ser prorrogado a critério da Plenária.

§ 2º - Os relatórios, que devem ser concluídos com o voto, serão entregues, por escrito à Secretaria Executiva e lidos para a Plenária pelo Relator.

§ 3º - Nenhum Parecer será apresentado à Plenária sem a presença de seu Conselheiro Relator, salvo se este autorizar outro Conselheiro, por escrito.

Art. 21 - Na discussão de pareceres de Comissões ou grupos ou de outras matérias que constem da Ordem do Dia, será concedida a palavra, pela ordem de inscrição dos Conselheiros presentes, pelo período máximo de 03 (três) minutos e os apartes concedidos, pelo orador até o máximo de 02 (dois) minutos não serão descontados desse tempo.

Art. 22 - O Conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido quanto à matéria em exame, pode pedir vistas do relatório individualmente ou em conjunto com outros Conselheiros ou propor diligência, casos em que a discussão será imediatamente suspensa.

§ 1º - O Conselheiro que solicitar vistas deverá apresentar Relatório-Voto na próxima sessão ordinária da Plenária podendo esse prazo ser alterado pela Plenária considerando a urgência na apreciação da matéria;

§ 2º - O prazo a que se refere o parágrafo anterior independe do número de Conselheiros que tenham solicitado vistas.

o parágrafo anterior
olicitado vistas.